

Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 12 - 6 de julho de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- OMC e PNUMA publicam relatório sobre comércio e mudanças climáticas 1
- Rússia inicia processo de adesão à OCDE; Brasil não demonstra interesse..... 3
- UE e EUA criticam restrições chinesas a exportações..... 5

NOTÍCIA REGIONAL

- Indústria da carne firma compromisso público em prol do bioma amazônico..... 7

BREVES MULTILATERAIS

- Relatório sustenta que EUA devem tratar de mudanças climáticas agora..... 8

BREVE REGIONAL

- Lula defende interesses agrícolas brasileiros na África..... 9

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 10
- Fóruns Regionais 11
- Informações Úteis 11

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

Equipe editorial:

Adriana Verdier
Michelle Rattón Sanchez
Manuela Trindade Viana
Daniela Helena Oliveira Godoy
Leonardo Margonato Ribeiro Lima
Adriane Nakagawa
Thiago Dias Oliva

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

OMC e PNUMA publicam relatório sobre comércio e mudanças climáticas

No momento em que governos de todo o mundo trabalham na elaboração de um tratado internacional com vistas à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), políticas nacionais sobre mudanças climáticas despontam como tema altamente controverso. Neste contexto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) elaboraram conjuntamente um relatório em que explicitam as relações entre comércio e mudanças climáticas (MCs).

A análise desenvolvida pelo documento reconhece que a redução de barreiras ao comércio poderia levar ao aumento das emissões de GEE, na medida em que conduziria ao aumento da atividade econômica e, portanto, ensejaria maior uso de energia. Contudo, o relatório salienta que esta relação não é necessariamente direta: a liberalização comercial poderia incitar países a alterar seus padrões de produção, ao benefício de setores menos poluentes. A redução das tarifas impostas a produtos de baixo impacto ambiental poderia diminuir o custo do combate às MCs – argumento fortemente enfatizado pelo relatório. Por fim, as MCs também ensejariam alterações nos padrões de comércio: por exemplo, o tipo de atividade agrícola viável em cada região sofreria alteração.

“Não é uma recomendação, mas uma explicação”. Foi assim que o diretor executivo do PNUMA, Achim Steiner, descreveu o relatório durante o seu lançamento, em 26 de junho. O estudo, altamente descritivo, supera expectativas tanto por seu conteúdo, quanto pela inédita cooperação entre as duas entidades internacionais. São fielmente descritas as conclusões de diversos estudos

realizados por acadêmicos, organizações não-governamentais (ONGs), organizações internacionais, conclusões estas cuidadosamente dissociadas de alguns de seus elementos mais controversos. Não há, por exemplo, afirmações conclusivas sobre a legalidade da imposição de barreiras ao comércio perante os acordos da OMC quando motivadas por preocupações relativas às mudanças climáticas.

O relatório delinea projeções para os níveis futuros de emissões e seus efeitos sobre segurança alimentar, recursos hídricos, infra-estrutura costeira, saúde humana e biodiversidade. Trata também de opções para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

Ao tratar dos esforços multilaterais em matéria de mudanças climáticas – essencialmente compreendidos pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês) e pelo Protocolo de Quioto –, o relatório aborda o sucesso extraordinário do Protocolo de Montreal sobre a redução do consumo e a produção de substâncias nocivas à camada de ozônio. Sabe-se que muitas das substâncias nocivas à camada de ozônio também eram consideradas GEE, razão pela qual especialistas afirmam que o Protocolo de Montreal, ao estabelecer compromissos vinculantes com prazos específicos para países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs), teria contribuído quatro ou cinco vezes mais para a proteção do clima do que o Protocolo de Quioto até 2012.

A parte do documento mais relevante no que tange à atual polêmica sobre comércio, redução de emissões de GEE e competitividade industrial foi abordada na seção sobre as implicações comerciais das políticas nacionais relacionadas às mudanças climáticas. Esta seção identificou as diversas políticas adotadas no plano interno, indicando as regras da OMC implicadas em cada tipo de medida – em especial, foram abordadas regras sobre subsídios, propriedade intelectual e barreiras técnicas ao comércio.

O relatório também examina os impostos sobre carbono e os sistemas *cap-and-trade*, além de tratar de preocupações com competitividade e “fuga de carbono” (*carbon leakage*) advindas destas políticas.

Estudos consideram que tais medidas produziram efeitos relativamente modestos em termos de competitividade, exceto em um número relativamente pequeno de setores industriais intensivos em energia.

A fim de balancear as vantagens comparativas que impliquem maior competitividade das importações em função de tais políticas, governos e estudos propõem o recurso a: créditos de carbono, medidas tributárias de ajuste na fronteira (tarifas às importações e isenções às exportações), direitos anti-subsídios (contra a ausência de legislação ambiental sobre emissões, a ser considerada um subsídio *de facto*) e direitos *anti-dumping* (contra o “*dumping ambiental*”).

O relatório adotou uma postura cautelosa ao apreciar a conformidade de tais medidas às regras da OMC: furta-se a concluir por sua legalidade, ao mesmo tempo em que afirma claramente a necessidade de articulação com as regras existentes. O estudo apontou os desafios envolvidos na aplicação de medidas de ajuste na fronteira, pois a definição do volume de emissões associado a um produto não seria uma tarefa objetiva e exata e, ademais, os preços de carbono tenderiam a flutuar. A definição de “ação comparável” por autoridades nacionais também seria problemática, pois países que não adotaram “impostos sobre carbono” também poderiam incorrer em altos custos para implementar regulamentos sobre eficiência energética.

Quanto à cobrança de impostos adicionais sobre as importações, o estudo ressalta que as regras da OMC já contemplam regras detalhadas sobre ajustes tarifários na fronteira. Segundo afirma o relatório, a discussão estaria centrada em determinar se os impostos sobre carbono (ou aumentos de custos advindos de mecanismos do tipo *cap-and-trade*) seriam passíveis de serem considerados ajustes na fronteira e se poderiam ser considerados impostos indiretos incidentes sobre o produto em questão.

“A abordagem geralmente adotada pela OMC consiste em reconhecer que certo nível de restrição ao comércio pode ser necessário para que alguns objetivos sejam alcançados, desde que um número de condições cuidadosamente estabelecidas seja respeitado”, afirmou o estudo.

Tal passagem faz referência específica à dinâmica de funcionamento do Art. XX do GATT, em que medidas incompatíveis com as provisões do acordo podem ser aceitas enquanto exceções, desde que duas condições sejam preenchidas: (i) a medida deve ser coberta por uma das exceções do Art. XX; (ii) a medida não deve implicar prática de discriminação arbitrária e injustificável, ou restrição dissimulada ao comércio internacional. Caso as duas condições estejam presentes, medidas na fronteira relacionadas a políticas de mudanças climáticas poderiam ser aceitas enquanto exceções às provisões do GATT, mas o relatório reconhece que a demonstração do cumprimento à segunda condição é “desafiadora”. A maioria dos PEDs opõem-se fortemente à adoção de ajustes na fronteira, temendo que suas exportações sejam os principais alvos da medida – apesar de não serem os PEDs os responsáveis históricos pela elevação dos níveis de GEE.

Durante a cerimônia de lançamento do relatório, o diretor geral da OMC, Pascal Lamy, afirmou que, embora as disciplinas da OMC autorizem políticas ambientais domésticas, seria apropriado questionar a conveniência da adoção de ajustes tarifários na fronteira diante das discussões a serem travadas em Copenhague no final do ano. “Tais medidas criam o clima político, psicológico e diplomático necessário para que os governos alcancem um acordo pós-Quito?”, questionou. Tanto Lamy quanto Steiner reconheceram que as atuais discussões na Rodada Doha e nas negociações sobre o clima constituem “um momento extraordinário em termos de multilateralismo”, conclamando os países a firmarem acordos “justos e decisivos” em ambas as instâncias.

O relatório encontra-se disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/trade_climate_change_e.pdf>.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 24 - 01 jul. 2009.

Rússia inicia processo de adesão à OCDE; Brasil não demonstra interesse

A Rússia iniciou o processo de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ao submeter, em 24 de junho, um memorando inicial contendo informações sobre a sua conjuntura interna, conforme exigido pela Organização. O documento será analisado por comitês de especialistas em diversas áreas, incluindo governança corporativa, bem como leis trabalhistas e ambientais. Conforme as avaliações dos comitês, a Rússia será convidada a realizar adaptações para que os mais de 200 instrumentos legais e padrões da entidade sejam atendidos.

Se confirmada, a entrada da Rússia, uma das grandes economias emergentes que compõe o grupo dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), pode constituir motivo, segundo analistas, para o surgimento de instabilidades no interior do bloco, principalmente para o Brasil, que tem sofrido pressões para ingressar na OCDE.

Os países do BRIC têm em comum o fato de serem nações em desenvolvimento que possuem o maior potencial de crescimento econômico nos próximos anos. Na avaliação da consultoria Goldman Sachs, até 2050, há perspectivas de que esses países se tornem pólos financeiros e os maiores compradores mundiais de insumos e produtos. Estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do BRIC superará em mais de US\$ 20 trilhões o do G-6, grupo constituído por Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália. A atuação conjunta desses países ofereceria, nesse contexto, vantagens estratégicas relevantes, que podem ser ameaçadas não somente com a separação desse grupo, mas também com a desarticulação do discurso entre os países em desenvolvimento (PED).

Posicionamento brasileiro

Desde a década de 1990, o Brasil tem ampliado seu relacionamento com a OCDE por meio da adoção de normativas e diretrizes alinhadas à Organização. O Ministério da Fazenda aplica essas

diretrizes por meio do Ponto de Contato Nacional (PCN), que supervisiona e reporta a atuação das empresas multinacionais junto à OCDE. Em 2007, à época do primeiro convite de ingresso feito ao Brasil, foram criados, com a portaria No. 214 do Ministério da Fazenda, grupos de trabalho para averiguação dos custos operacionais da adesão. O parecer preliminar da investigação, que ainda se encontra sob análise no Comitê de Revisão Econômica e Desenvolvimento, foi favorável. Isso porque a entrada do Brasil equivaleria a um “selo de qualidade” de boa governança e práticas comerciais para os eventuais investidores estrangeiros. Contudo, essa possível vantagem foi diluída em 2008, com a atribuição de grau de investimento (*investment grade*) ao País.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), por seu turno, é cauteloso em relação à integração do país ao “clube dos ricos”. Para alguns representantes do MRE, haveria o risco de redução da autonomia brasileira quanto às políticas de desenvolvimento adotadas na esfera doméstica. Adicionalmente, os custos tributários da adesão poderiam ser demasiado altos. Esse ônus derivaria da perda do tratamento diferencial, tradicionalmente oferecido aos PEDs. Pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), os PEDs têm direito a sistemas preferenciais de comércio e a tratamento diferenciado, conforme o caso. Os benefícios variam da concessão de vantagens comerciais não recíprocas ao oferecimento de maior prazo para adequação aos acordos e compromissos da OMC.

Segundo o governo brasileiro, a redução – ainda que gradual – dessa margem de manobra, aliada à experiência “mal-sucedida” do México, único país latino-americano que integra a OCDE, seriam fatores contrários à campanha pela entrada do Brasil. A saída do México do grupo das 77 nações em desenvolvimento com maior destaque, o G-77, e o posterior ingresso, em 1994, na OCDE teriam, de acordo com o Ministério da Fazenda, resultado na retirada de “apoio importante dos países em desenvolvimento em outros foros internacionais”. Tal situação teria provocado o isolamento do Estado mexicano, deixando-o em uma situação delicada por se tratar, em termos econômicos e sociais de um PED que, no entanto, precisa negociar com países desenvolvidos (PD) em patamares razoavelmente equitativos.

Atuação junto aos emergentes não membros

Outro aspecto que reforça a resistência por parte dos países emergentes em aderir à OCDE é a quantidade e abrangência de projetos voltados para os não-membros em desenvolvimento, como o *Aid for Trade*, e a Rede de Redução da Pobreza (POVNET, sigla em inglês). Ainda, cabe mencionar o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, sigla em inglês), rede de monitoramento estatístico, de assessoria e promoção de programas de redução da pobreza, destinada também aos países que não integram a OCDE. Por meio de seus programas, apenas em 2008, os países membros do DAC disponibilizaram US\$ 119,8 bilhões em recursos.

Todos esses fatores apontam para a dificuldade na transição da condição de beneficiário para membro e contribuinte. O ingresso na Organização tem implicações econômicas e diplomáticas consideráveis, as quais podem parecer muito elevadas em cotejo com os benefícios políticos e comerciais somados.

Reflexões e resposta à expansão da OCDE

Em vista desse cenário, duas reflexões são pertinentes sobre o eventual ingresso do Brasil e, em um quadro mais amplo, sobre as repercussões da entrada de PEDs na OCDE. A primeira envolve a avaliação das compensações econômicas e políticas na adesão, em torno da qual imperam receios quanto aos efeitos adversos no âmbito doméstico, já que o País passaria a ter suas políticas de desenvolvimento cada vez mais expostas ao escrutínio internacional e, além disso, precisaria arcar com os custos diretos e indiretos da adesão. Em segundo lugar, há que se mencionar a possibilidade de desarticulação do discurso dos PEDs e, com isso, a criação de empecilhos à defesa conjunta de demandas em fóruns multilaterais.

A resposta brasileira para a primeira indagação transparece no discurso do MRE e do Ministério da Fazenda: não há interesse momentâneo na adesão. Quanto ao segundo ponto, a reação brasileira já se manifestou por intermédio da criação, orquestrada pelo País, de um grupo conhecido como E-5, composto por Brasil, China,

Índia, Indonésia e África do Sul. O grupo, que tem por objetivo monitorar as relações de seus membros com a organização, pretendia atuar de forma articulada na reunião do Conselho de Ministros da OCDE, realizada no dia 25 de junho, em Paris. O sucesso do E-5 em contornar o que já foi classificado por muitos diplomatas como “assédio” da OCDE aos PEDs permanece uma incógnita.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Valor Econômico. *Brasil resiste a aderir a “clube dos ricos”*. (22/06/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=590066>. Acesso em: 01 jul. 2009.

OECD. *Russia takes key step forward in OECD membership negotiations*. (24/06/2009). Disponível em: <[http://www.oecd.org/olis/2007doc.nsf/linkto/c\(2007\)103-final](http://www.oecd.org/olis/2007doc.nsf/linkto/c(2007)103-final)>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Gazeta Mercantil. *Brasil avalia se OCDE vale a pena*. (20/09/2007). Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1037>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

DAC. *Development aid at its highest rates in 2008*. (30/03/2009). Disponível em: <http://www.oecd.org/document/35/0,3343,en_2649_34447_42458595_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 03 jul. 2009.

Goldman Sachs. *Dreaming with BRICS: the path to 2050* (01/10/2003). Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009..

OMC. *Understanding the WTO: developing countries*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/d1who_e.htm>. Acesso em: 03 jul. 2009.

ICONE. *Tratamento Especial e Diferenciado*. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=16&ar eaID=14&secaoID=29&letraVC=T>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

COZENDEY, Carlos Márcio. O Brasil e a OCDE: não é de hoje, não é para amanhã. In: *Pontes – entre o comércio e o desenvolvimento sustentável*, Vol. 3., N. 4, dez. 2007.

UE e EUA criticam restrições chinesas a exportações

Após meses de especulação, a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América (EUA) deram início a uma disputa contra restrições impostas pela China a exportações de diversos insumos, com a finalidade de equilibrar a posição dos produtores domésticos. Pequim sustentou que os cortes nas exportações possuem motivações de fundo ambiental e avisou que o país contestaria as acusações.

Washington e Bruxelas criticaram cotas de exportação, tarifas e outras formas de restrição chinesas sobre nove tipos de matérias-primas que consideram essenciais para os setores locais de aço, alumínio e químicos: bauxita, coque, espatoflúor, magnésio, manganês, metal de silicone, carboneto de silicone, fósforo amarelo e zinco. A China produz 60% da oferta mundial de coque e parcela considerável dos demais. Segundo as autoridades de UE e EUA, as restrições à exportação pelo governo chinês mantêm os preços desses itens artificialmente baixos no país, enquanto diminuem a oferta mundial e, conseqüentemente, causam o aumento de seu preço no mercado.

Ron Kirk, Representante Comercial estadunidense, afirmou: “Após dois anos de discussões e diálogos infrutíferos, já era tempo de tomar essa iniciativa. As políticas chinesas para essas matérias-primas representam um fator de desequilíbrio em favor dos produtores chineses. Cabe a nós garantir a eliminação desse desequilíbrio”.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) normalmente não regula os impostos de exportação de seus Membros, os quais podem funcionar como subsídios indiretos à indústria doméstica. De acordo com um relatório de 2004, pouco mais de um terço dos Membros atualmente

impõem medidas do tipo, apesar de alguns países desenvolvidos (PDs) terem proposto acordos para eliminá-los.

Pequim promete revogar restrições após acesso à OMC

Ao aderir à OMC, em dezembro de 2001, a China comprometeu-se a eliminar todos os impostos e tarifas aplicadas a exportações, à exceção de 84 itens de sua pauta. Kirk pontuou que os produtos contemplados na queixa dos EUA e UE não constam da lista de exceções, destacada no Anexo 6 do documento de acesso. O descumprimento de qualquer um dos numerosos e abrangentes compromissos feitos pelos países por ocasião de sua adesão à OMC pode constituir objeto de disputa perante o sistema de solução de controvérsias da entidade.

Ainda que, na maior parte dos casos, a OMC não vede aos Membros a imposição de impostos à exportação, ela regula de forma bastante estrita o uso de cotas para bens exportados. Com poucas exceções, tais medidas são proibidas pelo Artigo XI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), o qual permite como restrições apenas tarifas, impostos ou outras taxas sobre exportações.

Há meses os EUA e a UE cogitam iniciar uma disputa contra as restrições chinesas, porém apenas nas últimas semanas tomaram a iniciativa de solicitar consultas, o primeiro passo no longo processo de solução de controvérsias. Kirk ressaltou que a decisão se alinha à postura rígida da Administração Obama em exigir a implementação dos acordos comerciais pelos parceiros.

China defende sua política

O Ministro de Comércio da China insistiu que as restrições são justificáveis e declarou que o país buscará defendê-las. “O objetivo da política chinesa sobre exportações essenciais é proteger o meio ambiente e os recursos naturais, e o país entende que ela se encontra em conformidade com as regras da OMC”, argumentou em declaração escrita.

Segundo um oficial chinês, as restrições objetivam limitar a produção doméstica dos insumos desde a extração, uma vez que o processamento dos produtos pode produzir grande quantidade de poluição em certas áreas do país. Pequim também argumenta que as medidas colaboram para garantir a sustentabilidade de recursos locais essenciais ao país.

Contudo, a China demonstrou intenção conciliatória ao anunciar que suspenderia as tarifas de exportação para trigo, arroz, soja, ácido sulfúrico e fio de aço, bem como reduziria a presença destes componentes em fertilizantes e metais não ferrosos. No entanto, nenhum dos produtos mencionados se encontra na lista apresentada por EUA e UE.

Em um passo ofensivo, o Ministro da China declarou que o país pretende seguir adiante com uma disputa apresentada contra a proibição dos EUA à importação de carne de ave chinesa, sob a acusação de que tal restrição não se justifica e prejudica os produtores locais. O embargo estadunidense vigora desde o surto de gripe aviária, em 2004.

Afora a questão concernente à carne de aves, os representantes de EUA e UE sustentam posição estanca contra as restrições chinesas à exportação. Um dos defensores dessa linha, o advogado Daniel Crosby, declarou que “a China possui um compromisso específico de não aplicar restrições à exportação de certos produtos e está descumprindo esta obrigação, por isso deve perder a disputa”.

Há certa ironia presente na recente disputa, uma vez que os EUA recentemente empregaram esforços a fim de evitar que a China vendesse suas exportações a preços artificialmente baixos no mercado estadunidense, o que implica a adoção de *dumping*. Porém, o caso atual pretende, ao fim, diminuir o preço dos materiais primários em questão. Alguns analistas creem que atitudes como esta serão mais comuns à medida que os países, na intenção de incentivar as indústrias domésticas em meio à crise, intentam disputas perante a OMC.

As partes no contencioso deverão iniciar as consultas até 30 dias após o pedido feito em 23 de junho, de acordo com as regras do mecanismo de

solução de controvérsias. Se um acordo não for alcançado após 60 dias, UE e EUA terão o direito de requerer o estabelecimento de um painel para apreciar a reclamação. Ambos os lados expressaram a esperança de resolver o problema antes que a disputa chegue a esse estágio.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 23 - 24 jun. 2009.

NOTÍCIA REGIONAL

Indústria da carne firma compromisso público em prol do bioma amazônico

No último dia 23, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) anunciou que o setor adotará um código de conduta para evitar o abate e o processamento de gado criado em regiões de desmatamento ilegal na Amazônia. A Abiec vinha sendo constantemente pressionada por organizações não-governamentais (ONGs) e por compradores internacionais para tomar esta decisão.

No início de junho, o Greenpeace divulgou estudo intitulado *Slaughtering the Amazon* (Abatendo a Amazônia), em que constata a devastação do bioma amazônico pelo avanço da pecuária na região. Segundo a organização, o Estado brasileiro é conivente com este avanço, pois financia a indústria da carne, não fiscaliza as atividades do setor, além de aprovar leis que prejudicam a proteção do bioma (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 10, disponível em: <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/48216/>). O relatório considera, ainda, os grandes compradores de carne como co-responsáveis pelas práticas ilegais perpetradas na região. Após a divulgação do estudo, Pão de Açúcar, Wal-Mart e Carrefour, maiores redes de supermercado do país, anunciaram que suspenderão a compra de carne de 11 frigoríficos apontados como compradores de gado de áreas de desmatamento ilegal na Amazônia.

Neste cenário, os frigoríficos decidiram aderir à causa. A Mafrig Alimentos, importante exportador de carne do Brasil, anunciou, no último dia 22, que não irá adquirir, abater ou comercializar carne de gado proveniente do bioma amazônico. A empresa comprometeu-se a trabalhar em parceria com os governos estaduais para desenvolver um programa de garantia de origem dos animais. Juntamente com o Estado de Mato Grosso, trabalhará na implementação do Programa MT Legal, o qual promoverá a regularização ambiental e agrária nos municípios do estado. Outros dois importantes frigoríficos, JBS Friboi e Bertin, também declararam que irão aderir à causa e monitorar os pecuaristas.

O governo também estimulará os programas de vigilância da atividade pecuarista. O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, declarou que o ministério elabora projeto para a fixação de guias eletrônicas nos animais. Com elas, será possível verificar o local em que o gado é criado e monitorar o seu deslocamento. Como pré-requisito à obtenção das guias eletrônicas, os pecuaristas devem realizar o georreferenciamento de suas propriedades. Caso não se proceda desta forma, o gado não receberá a guia eletrônica e não poderá ser abatido, tampouco exportado.

Mais recentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acusado por ONGs de financiar o desmatamento na Amazônia, anunciou, em conjunto com os grandes frigoríficos do país, a preparação de um compromisso ambiental. Este compromisso prevê uma série de exigências para a concessão de empréstimos por parte do Banco, entre elas, a implementação de um programa de monitoramento que permita identificar a procedência da carne que chega aos supermercados. Os empréstimos estariam condicionados à constatação de que a carne produzida não resultou em impactos ambientais sobre a Amazônia.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Abiec. *BNDES vai exigir rastreabilidade dos frigoríficos*. (02/07/2009). Disponível em: http://www.abiec.com.br/news_view.asp?id=7

8F9C5FD-78C5-4544-BFCF-C581780A32F9}>.
Acesso em: 3 jul 2009.

Abiec. *Cadeia produtiva de carne vai adotar código de conduta.* (24/06/2009). Disponível em: <http://www.abiec.com.br/news_view.asp?id={41A3A470-4E25-45F4-AA83-CF360268EF2A}>.
Acesso em: 3 jul 2009.

Agência Brasil. *Pecuária na Amazônia terá guia eletrônica para fiscalizar o transporte de animais.* (24/06/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=591099>. Acesso em: 2 jul 2009.

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. *Lideranças partidárias conseguem aprovação do programa MT Legal.* Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/V2008/ViewConteudo.asp?no_codigo=19638>. Acesso em: 3 jul 2009.

Greenpeace. *Slaughtering the Amazon.* (01/06/2009). Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/press/reports/slaughtering-the-amazon>>. Acesso em: 30 jun 2009.

O Estado de São Paulo. *Wal-Mart assina pacto 'verde' com cadeia de fornecedores.* (24/06/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=591114>. Acesso em: 2 jul 2009.

Valor Econômico. *Cresce o cerco ao boi na Amazônia.* (24/06/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=590841>. Acesso em: 30 jun 2009.

BREVES MULTILATERAIS

Relatório sustenta que EUA devem tratar de mudanças climáticas agora

Os estadunidenses já sentem os efeitos das mudanças climáticas (MCs). De acordo com relatório do governo federal dos Estados Unidos da América (EUA), o país deveria tomar medidas

com vistas à redução das emissões de dióxido de carbono imediatamente.

O estudo, baseado em anos de pesquisa científica e em dados divulgados recentemente, alerta que as medidas tomadas hoje determinarão a severidade dos impactos futuros. Segundo o relatório, esforços para reduzir as emissões de dióxido de carbono contribuiriam para diminuir a velocidade e o grau com que o fenômeno das MCs tem se agravado e, caso sejam empreendidos imediatamente, tais esforços seriam mais eficazes.

“Este relatório enfatiza que as mudanças climáticas apresentam impactos imediatos e locais – literalmente, afetam o quintal das pessoas”, disse Jane Lubchenco, da Administração Nacional dos Oceanos e da Atmosfera, agência que conduziu o estudo.

Esta é a primeira análise em mais de uma década a lançar um olhar sobre os impactos nacionais das MCs. O relatório, intitulado *Global Climate Change Impacts in the United States* (Impacto das Mudanças Climáticas Globais nos EUA), oferece informações atualizadas sobre as mudanças de temperatura, padrões pluviométricos, além de se concentrar nos efeitos regionais e setoriais dessas mudanças.

O estudo adverte que as ondas de calor intenso ameaçarão cada vez mais a saúde humana, bem como os sistemas de transporte e energia e a produção agropecuária. Os autores também sustentam que o aumento dos índices pluviométricos gerará mais enchentes e terá efeitos negativos sobre a agricultura e os sistemas de energia, água e transporte.

Quanto aos problemas relacionados à água, o estudo afirma que o aumento da demanda, associado à oferta reduzida no verão, poderá conduzir ao aumento da concorrência por água em algumas regiões, especialmente no Oeste dos EUA; ao aumento das temperaturas das águas; e à acidificação dos oceanos, o que, por sua vez, levará à degradação dos recifes de corais e dos complexos ecossistemas que estes sustentam. O turismo e a pesca serão atividades fortemente afetadas pelos problemas mencionados. Além disso, o estudo alerta que o aumento no nível dos oceanos acima de 90 centímetros em épocas de

chuva ameaçará as comunidades costeiras, além de intensificar a erosão costeira. O aumento de infestações de insetos e incêndios florestais também é provável.

Embora a análise não objetive direcionar a uma política específica, os autores buscam destacar as escolhas necessárias para a adaptação e resposta às MCs. As informações no relatório constituem fonte para um espectro maior de indivíduos afetados pelo fenômeno, incluindo agricultores, oficiais locais, oficiais relacionados à gestão da água e empresários.

Wesley Warren, do Conselho de Defesa de Recursos Naturais, destacou que a publicação do relatório ocorre em momento propício, haja vista o redirecionamento empreendido na política energética dos EUA pela gestão de Obama e o amplo apoio de que esta desfruta em sua proposta de articular uma economia baseada em energia limpa. No que diz respeito às negociações de Copenhague, Warren acrescentou que os EUA precisam encaminhar rapidamente uma legislação bem estruturada, voltada à criação de empregos, à proteção do planeta e à restituição da liderança dos EUA na temática ambiental.

Recursos adicionais

O relatório completo encontra-se disponível em: <<http://globalchange.gov/publications/reports/scientific-assessments/us-impacts>>.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 9, No. 12 - 26 jun. 2009.

BREVE REGIONAL

Lula defende interesses agrícolas brasileiros na África

Com um discurso enfático à necessidade da promoção de investimentos e parcerias agrícolas na África, o presidente Lula participou da 13ª Cúpula da União Africana, realizada em Sirte, Líbia, entre os dias 1º e 3 de julho. Diante do tema

“Investindo na agricultura para o crescimento econômico e a segurança”, Lula voltou a defender a importância do que chama de “revolução dos biocombustíveis” e propôs a realização, no Brasil, de uma conferência de ministros africanos de agricultura para discutir o desenvolvimento do setor no continente. Lula foi homenageado como convidado de honra, ao lado dos secretários-gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, e da Liga Árabe, Amre Moussa.

A aproximação entre Brasil e África em matéria de cooperação agrícola parece render frutos. Um estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e do Banco Mundial, divulgado no último dia 22 de junho, traça uma comparação entre a savana africana e o cerrado brasileiro, sustentando que investimentos estrangeiros associados à utilização de tecnologias adequadas poderiam transformar a savana em um dos centros de cultivo de grãos e alimentos mais produtivos do mundo. O estudo corrobora tese defendida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tem no avanço de cultivos no cerrado brasileiro uma de suas principais conquistas.

O representante regional da Embrapa para a África, Cláudio Bragantini, endossa a análise do relatório, que aponta a parceria com países desenvolvidos (PDs) como uma alternativa para o desenvolvimento da região. “Nos anos 80, o Cerrado contou com um volumoso investimento japonês na produção de grãos. Agora, eles querem a nossa ajuda para levar esse mesmo projeto para a África”, afirmou Bragantini, que revelou estar sendo contatado por agências governamentais japonesas para a elaboração de projetos. Bragantini defendeu ainda que tais projetos seriam favoráveis aos interesses brasileiros, na medida em que proporcionaria a venda de tecnologia e máquinas. “A ideia da cooperação também traz novos mercados para uma área importante da agricultura nacional”, concluiu.

O discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula da União Africana é mais uma demonstração dos esforços diplomáticos brasileiros para a aproximação com a África – que resultaram na multiplicação por cinco dos volumes do comércio bilateral na última década. Contudo, especialistas afirmam que os esforços

brasileiros não seriam isolados, tampouco pioneiros. Ao contrário, acompanhariam passos semelhantes tomados por outros países emergentes como China e Índia, processo que teria sido iniciado durante os anos 80. José Flávio Saraiva, professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), afirma que a presença chinesa na África constitui fator de forte competição com os interesses brasileiros. “Os chineses têm muito mais financiamento. Se o Brasil entra com US\$ 1 bilhão, US\$ 2 bilhões nos projetos, os chineses entram com US\$ 30 bilhões, US\$ 40 bilhões”, afirma. Para o especialista, os conflitos de interesses são mais agudos nos setores de extração mineral, serviços e construção civil. O setor agrícola seria, assim, um domínio em que a influência brasileira seria naturalmente mais intensa, o que explicaria a posição prioritária do tema na agenda bilateral.

Reportagem equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Brasil. *Lula defende parceria com países ricos para desenvolvimento de países africanos.* (01/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=593789>. Acesso em 05 jul. 09.

Agência de Notícias Brasil-Árabe. *Brasil quer ajudar 'revolução verde' na África.* (02/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=594153>. Acesso em 05 jul. 09.

Correio Braziliense. *Lula na África: Brasil abre espaço entre gigantes.* (02/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=594099>. Acesso em: 05 jul. 09.

Folha de São Paulo. *Lula será convidado de honra em cúpula da União Africana.* (26/06/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=591714>. Acesso em: 05 jul. 09.

O Estado de São Paulo. *Embrapa quer exportar alimento produzido na África.* (23/06/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=590342>. Acesso em 05 jul. 09.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

6 e 7 de julho

Segunda Revisão Global para o programa de Ajuda ao Comércio (*Aid for Trade*)

8 a 10 de julho

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Guiana

10 de julho

Reunião do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Acesso da Sérvia

14 de julho

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Acesso do Laos

15 e 16 de julho

Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento

17 de julho
Reunião do Comitê sobre Regras de Origem

Unctad

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

7 a 9 de julho
10ª Sessão do Grupo Inter-governamental de Especialistas em Políticas e Direito Antitruste
Local: Genebra, Suíça

13 e 14 de julho
Seminário sobre o papel dos investimentos públicos para o desenvolvimento econômico e social
Local: Rio de Janeiro, Brasil

16 de julho
Lançamento do Relatório dos Países Menos Desenvolvidos 2009
Local: Genebra, Suíça

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

1º de julho
X Reunião Extraordinária do Comitê de Cooperação Técnica do Mercosul
Local: Assunção, Paraguai

20 e 21 de julho
Reunião do Foro de Consulta e Concerto Político do Mercosul
Local: Assunção, Paraguai

Cepal

Local: Santiago, Chile
Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

13 de julho
Mesa Redonda: “As dimensões políticas da crise econômica mundial - A perspectiva latino-americana”.
Local: Santiago, Chile

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

6 de julho
Lançamento do relatório “Políticas Agrícolas nos países da OCDE”
Local: Paris, França

8 a 10 de julho
Reunião da Cúpula do G8 2009
Local: L'Áquila, Itália

14 de julho
Lançamento da Pesquisa Econômica da OCDE sobre o Brasil
Local: Brasília, Brasil

Informações Úteis

Financiamento “verde” na Ásia

Por meio do Programa de Financiamento de Combate a Mudanças Climáticas, o Japão disponibilizará dezenas de bilhões de ienes para Bangladesh, Filipinas, Tailândia e Vietnã. Os recursos serão destinados a projetos que tenham por objetivo reduzir emissões de gases do efeito estufa ou alterar a matriz energética nesses países. O prazo para pagamento desses empréstimos é de, em média, 15 anos. Para mais informações, ver: <http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2008/8/1182963_1040.html> e <<http://search.japantimes.co.jp/cgi-bin/nn20090623f1.html>>.

6º Congresso de Meio Ambiente da Associação de Universidades Grupo Montevideu

Entre 5 e 8 de outubro, será realizado, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o 6º Congresso de Meio Ambiente da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), estruturado em torno de três eixos: “Gestão e Tecnologia Ambiental”, “Sociedade e Ambiente” e “Biodiversidade”. O evento reunirá pesquisadores brasileiros, argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios. Os interessados em participar como expositores poderão enviar suas propostas de trabalho até 30 de agosto. O evento terá cinco palestras, quatro mesas-redondas, três sessões de apresentação de trabalhos em pôster e cinco sessões principais de apresentação de trabalhos na forma oral. Para mais informações, ver: <www.ambiente-augm.ufscar.br>.

OMC abre chamada para Fórum Público sobre a crise

A edição de 2009 do Fórum Público da OMC, que ocorrerá entre os dias 28 e 30 de setembro, trabalhará com o tema “Problemas globais, soluções globais: rumo a uma melhor governança global”. De acordo com os organizadores, o Fórum adquire pertinência ainda maior na busca por soluções globais face à desaceleração da economia global e à multiplicação de práticas protecionistas. Neste ano, o Fórum atentar-se-á para o papel do sistema multilateral de comércio e para as negociações da Rodada Doha no contexto da crise econômica. Para mais informações, ver: <http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/forum09_background_e.htm>.

Revista Direito GV abre chamada de artigos

A Revista Direito GV abriu, em finais de maio, chamada de artigos sobre “Metodologia de ensino do Direito”. A ideia surgiu a partir da multiplicação de espaços no ensino do Direito. Atualmente, existem mais de mil cursos jurídicos no país. Esse quadro favorece reflexões sobre sua abordagem em sala de aula e sobre métodos que contribuam para a formação e capacitação do aluno do curso de Direito frente a esta nova conjuntura. Serão bem vindos textos inéditos que contribuam com discussões teóricas acerca das formas de avaliação, da metodologia e métodos de ensino do direito. Também serão considerados relatos que problematizem experiências individuais

em sala de aula e que venham a contribuir, portanto, com essa proposta. Os textos – que podem ser escritos em português, inglês ou espanhol – deverão ser enviados para <revistadireitogv@fgv.br> até 13 de outubro de 2009.

Conferência de Budapeste abordará avaliação de desenvolvimento sustentável

A próxima conferência da série de treinamentos e conferências organizadas pela EASY-ECO ocorrerá entre os dias 16 e 18 de outubro em Budapeste (Hungria). A Conferência de Budapeste de 2009 tem por tema “Perspectivas de *Stakeholders* na avaliação do desenvolvimento sustentável”, como foco em ligações entre responsabilidade social corporativa (CSR, sigla em inglês) e gestão de avaliação de sustentabilidade no domínio corporativo da Europa.